



Endividamento é grande preocupação dos Estados

ICM não está crescendo e as resoluções do Banco Central dificultam negociação de empréstimos

JUREMA BAESE

Da Editoria de Economia

Os Estados, mais uma vez, estão pedindo socorro. Apesar da emenda Passos Pôrto ter transferido uma parte dos recursos da União para os Estados e Municípios, a partir deste ano, a situação melhorou muito pouco, e eles anseiam uma reforma tributária mais profunda, mais abrangente, que lhes devolva maior poder de decisão, tanto política como econômica. E, para completar este estado de impotência, a maior receita dos Estados o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) não tem dado sinais de reação, "apenas está caindo mais lentamente", qualificou o secretário de Fazenda de São Paulo, João Sayad. E como todos os brasileiros, os Estados sofrem com a inflação, a recessão e os determinismos do FMI.

De quase todos os Estados da Federação, o Distrito Federal chega a ser um caso atípico. Segundo o secretário de Finanças do DF, Celso Albano, "o DF é uma das unidades da Federação que tem a melhor situação em termos de endividamento" — o que é hoje um dos maiores constrangimentos dessas unidades. "O Distrito Federal — continuou Celso Albano — tem pouquíssima dívida obtida com recursos externos. Não tivemos, por isso, o problema que outros enfrentaram com a maxidesvalorização do cruzeiro no ano passado".

"Esta questão aflitiva do endividamento — acentuou — não afeta o Distrito Federal, e além disso o BRB (Banco Regional de Brasília) agente financeiro do DF — não precisou utilizar o programa de consolidação das

dividas dos bancos estaduais aprovado recentemente pelo Conselho Monetário Nacional, e raramente recorre à assistência de liquidez". Tanto internamente quanto no que se refere ao endividamento externo, o DF tem uma "posição tranqüila e de certa normalidade" — ressaltou o Secretário de Finanças — e exatamente para conservar esta posição "o controle das aplicações do DF é feito de modo rígido" — destacou.

ANGUSTIA

Já o Estado de São Paulo, por suas próprias características e pela sua dimensão e peso econômico para o País, reflete com números a situação "angustiante dos Estados". "A situação de endividamento externo de São Paulo está chegando a níveis insuportáveis" — advertiu o secretário da Fazenda, João Sayad, quando esteve em Brasília na semana passada. "As regras definidas pelo Governo Federal têm provocado um volume de atrasos incríveis; acabamos o ano com um atraso de US\$ 644 milhões e se as regras não mudarem, acabaremos 84 com um atraso de US\$ 2 bilhões, mais da metade do orçamento de São Paulo" — salientou Sayad.

Segundo Sayad, o grande problema enfrentado pelas empresas do Estado são os limites definidos pela SEST (Secretaria de Controle das Estatais), que pertence à Seplan. "Uma empresa paulista — exemplificou o secretário — quando precisa tomar um empréstimo" o tem que primeiro pedir uma autorização para a SEST e depois encontrar um banco para fazer a operação. No ano passado a autorização foi concedida e o banco não foi encontrado. Em meados do

ano passado — explicou — o Governo definiu duas regras limitantes, a Resolução 831 (que limita o endividamento do setor público junto ao sistema bancário) e alterou o aval do Tesouro Nacional. E, apesar da autorização, estas medidas nos impediram de encontrar o banco".

E neste ano — de acordo com o secretário da Fazenda paulista — o Estado não conseguiu nem a autorização. "Estamos batalhando a autorização — disse ele — e se a conseguirmos teremos que enfrentar a 831 e a falta de aval do Tesouro. Para Sayad, a proposta feita pelo Comor (Comitê de Acompanhamento dos Orçamentos Públicos) para a rolagem de 90% do principal dos empréstimos externos tomados através da 63 (repasse de recursos externos captados pelos bancos) "é insatisfatória para a maior parte destes empréstimos".

Segundo ele, "os juros não estão incluídos, e eles representam metade dos nossos pagamentos a serem feitos relativos à dívida externa de 84. "Isto quer dizer — ironizou — que teríamos que pagar metade do empréstimo; não conseguimos pagar nada, quanto mais a metade". Esta proposta, na forma que está, sem a inclusão de juros — salientou o secretário da Fazenda de São Paulo — "é uma falsa solução, não resolverá o problema do nosso Estado".

ROLAGEM

Apesar da proposta de rolagem de 90% dos débitos não ser totalmente satisfatória, "no caso do Rio de Janeiro — destacou o seu secretário de Fazenda, César Maia — irá resolver cerca de 40% do serviço da dívida

de 83, o que já é um avanço". Segundo ele, o Rio de Janeiro terá que pagar este ano, por conta da 63, em cruzeiros, Cr\$ 80 bilhões, incluindo juros, encargos e amortizações. "Portanto — disse — com esta decisão, se ela for aprovada amanhã pelo Conselho Monetário Nacional, cerca de Cr\$ 30 bilhões estarão resolvidos".

"No nosso caso — destacou Maia — a rolagem irá resolver o problema da dívida do Metrô com o Banerj, do principal junto a ele — cerca de Cr\$ 80 bilhões — o Estado rolará quase tudo.

MAIS CRITICAS

Por estranho que pareça, o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Cloves Jacob — do governo de Jair Soares, da situação — é o que está mais insatisfeito com esta proposta do Comor. "Apesar do meu Estado ter pouca coisa para rolar neste programa, não acredito que ele terá a virtude de resolver o problema de nenhum outro, pois os Estados, hoje, não podem pagar absolutamente nada, e já estamos sofrendo para pagar o pessoal. A rolagem que está sendo estudada exige que os Estados coloquem uma parcela de recursos próprios".

No que se refere à dívida interna, o secretário do Rio Grande do Sul acredita que só uma decisão drástica resolverá o problema. "A solução para esta questão foi proposta pelo senador Carlos Chiarelli: a União assume esta dívida, e concede uma moratória aos Estados, pois, na verdade, a situação em que os Estados se encontram decorre exatamente do centralismo da política tributária exercida pelo Governo Federal".